

Projetos que serão arquivadas ao final da Legislatura

Câmara dos Deputados

PROPOSIÇÕES DE INTERESSE				
Proposição	Casa de Tramitação	Ementa	Tramitação	Pode ser Desarquivada
PEC 31/2011	Câmara dos Deputados	Altera os artigos 7º e 39º da Constituição Federal para instituir o Adicional por Tempo de Serviço para os trabalhadores regidos pela CLT e para os servidores públicos. Adicional de um por cento (1%) ao ano.	Ao Arquivo.	A matéria poderá ser desarquivada por um dos autores nos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa.
PEC 360/2013	Câmara dos Deputados	A proposta visa a extensão da possibilidade de idade mínima resultante da redução, para a aposentadoria prevista no artigo 40, § 1º, inciso III, “a”, para os servidores que ingressaram no serviço público, a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 20, de 1998 e que não estão beneficiados pelas regras estabelecidas pela EC nº 47, de 2005. O que se propõe é a aplicação do art. 40, § 1º, inciso III, “a”, da Constituição Federal, onde está patenteada a necessidade da fórmula 95, se homem, e, fórmula 85, se mulher.	Ao Arquivo.	A matéria poderá ser desarquivada por um dos autores nos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa.
PL 3351/2012	Câmara dos Deputados	Define, para efeito do disposto no art. 247 da Constituição Federal, as atividades consideradas exclusivas de Estado, e dá outras providências.	Ao Arquivo.	A matéria será arquivada definitivamente, pois o autor da proposição não foi reeleito.

QUEIROZ

Assessoria Parlamentar e Sindical

PEC 271/2013	Câmara dos Deputados	Acrescenta o art. 37-A na Constituição Federal dispondo sobre o valor das verbas indenizatórias pagas aos servidores públicos da União.	Ao Arquivo.	A matéria poderá ser desarquivada por um dos autores nos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa.
PEC 219/2012	Câmara dos Deputados	Permite que servidores públicos das carreiras administrativas possam exercer o cargo de professor.	Ao Arquivo.	A matéria poderá ser desarquivada por um dos autores nos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa.
PL 412/2011	Câmara dos Deputados	Dispõe sobre responsabilidade civil do Estado.	Ao Arquivo.	A matéria poderá ser desarquivada pelo autor nos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa.
PL 4954/2005	Câmara dos Deputados	Defini as organizações sindicais como pessoas jurídicas de direito privado, desobrigando-as de alterar seus estatutos no prazo determinado.	Ao Arquivo.	A matéria poderá ser desarquivada pelo autor nos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa.
PL 4593/2004	Câmara dos Deputados	Institui isenção da Contribuição para o PIS/PASEP para as entidades sindicais de trabalhadores e remite créditos tributários da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.	Ao Arquivo.	A matéria poderá ser desarquivada pelo autor nos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa.
PL 229/2007	Câmara dos Deputados	Regulamenta a negociação coletiva de trabalho no setor público. Cria a Mesa de Negociação Permanente.	Ao Arquivo.	A matéria será arquivada definitivamente, pois o autor da proposição não foi reeleito.
PEC 156/2012	Câmara dos Deputados	Introduz inciso no § 5º do art. 165 da Constituição Federal determinando a inclusão do reajuste geral do funcionalismo, previsto no art. 37, X, da Constituição Federal, na lei orçamentária.	Ao Arquivo.	A matéria poderá ser desarquivada por um dos autores nos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa.
PL 1572/2011	Câmara dos Deputados	Institui o Código Comercial.	Ao Arquivo	A matéria poderá ser desarquivada pelo autor nos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa.
PEC 185/2012	Câmara dos Deputados	Acrescenta parágrafos ao art. 37 da Constituição Federal para estabelecer data certa para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências.	Ao Arquivo.	A matéria poderá ser desarquivada por um dos autores nos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa.

QUEIROZ

Assessoria Parlamentar e Sindical

PL 3865/2012	Câmara dos Deputados	Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão "perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos".	Ao Arquivo.	A matéria será arquivada definitivamente, pois o autor da proposição não foi reeleito.
PL 8199/2014	Câmara dos Deputados	Estabelece a responsabilidade civil das instituições financeiras por danos materiais e morais acarretados em virtude de roubo, furto, explosão, demolição ou arrombamento de coisas, disparo ou emprego de arma de fogo.	Ao Arquivo.	A matéria poderá ser desarquivada pelo autor nos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa.
PEC 445/2014	Câmara dos Deputados	Acrescenta os incisos XXIII e XXIV, do artigo 37 da Constituição Federal fixando parâmetros para a remuneração da Carreira Policial Federal e da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal.	Ao Arquivo.	A matéria poderá ser desarquivada por um dos autores nos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa.
PLP 369/2013	Câmara dos Deputados	Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que "Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências". Coloca como competência do Bacen fazer cumprir as determinações judiciais que tenham afastado o sigilo bancário de pessoas jurídicas e físicas.	Ao Arquivo	A matéria será arquivada definitivamente, pois o autor da proposição não foi reeleito.

SBS Qd. 1 - Bloco K - Ed. Seguradoras, Salas 405 a 407 - Brasília-DF - CEP: 70.093-900

Telefone: (61) 3225.1804 - Fax: (61) 3225.4268

www.queirozassessoria.com.br

Senado Federal

PROPOSIÇÕES DE INTERESSE				
Proposição	Casa de Tramitação	Ementa	Tramitação	Pode ser Desarquivada
PLS 236/2012	Senado Federal	Reforma do Código Penal Brasileiro.	Ao Arquivo.	Pode ser desarquivada por qualquer senador, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da próxima legislatura, e aprovado seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.
PLS 84/2007	Senado Federal	Define os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previstos no inciso VII do artigo 37º da Constituição Federal, e dá outras providências.	Ao Arquivo.	Pode ser desarquivada por 1/3 dos senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da próxima legislatura, e aprovado seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.
PEC 55/2009	Senado Federal	Altera o art. 40 da Constituição Federal para eliminar a incidência de contribuição sobre os proventos de aposentadorias e as pensões pagos pelo regime especial de previdência dos servidores públicos.	Ao Arquivo.	Pode ser desarquivada por 1/3 dos senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da próxima legislatura, e aprovado seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.
PEC 2/2011	Senado Federal	A PEC 2/2011 prevê o restabelecimento do adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do ministério público, determinando que o tal adicional não seja computado no valor correspondente ao teto remuneratório de que trata o inciso XI do art. 37 do texto constitucional. Na Comissão de Constituição, Justiça e	Ao Arquivo.	Pode ser desarquivada por qualquer senador, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da próxima legislatura, e aprovado seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.

QUEIROZ

Assessoria Parlamentar e Sindical

		Cidadania, o relator da PEC 2/2011 e 5/2011 (que tramita em conjunto), senador Gim (PTB/DF), estendeu o ATS para os servidores remunerados por subsídio.		
PEC 5/2011	Senado Federal	A PEC 5/2011 prevê o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura, do ministério público, da advocacia e da defensoria públicas, além de determinar que o adicional não será computado no valor correspondente ao teto remuneratório de que trata o inciso XI do art. 37. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o relator da PEC 5/2011 e 2/2011 (que tramita em conjunto), senador Gim (PTB/DF), estendeu o ATS para os servidores remunerados por subsídio.	Ao Arquivo.	Pode ser desarquivada por qualquer senador, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da próxima legislatura, e aprovado seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.
PLS 200/2006	Senado Federal	Dispõe sobre o Substituto Processual. Estabelece que a entidade sindical possa promover a defesa dos direitos individuais e coletivos da categoria a que representa na esfera judicial e administrativa.	Ao Arquivo.	Pode ser desarquivada por 1/3 dos senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da próxima legislatura, e aprovado seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.
PLC 30/2007	Senado Federal	Proveniente da Câmara dos Deputados, com o número 6404/2005. O porte de arma será concedido aos integrantes das Carreiras de Auditoria-Fiscal do Trabalho, Auditoria Fiscal e Técnicos da Receita Federal, de Perícia Médica da Previdência Social, de Auditoria Tributária dos Estados e do Distrito Federal, bem como de Oficiais de Justiça, de Avaliadores do Poder Judiciário da União e dos Estados e de Defensores Públicos.	Ao Arquivo.	Pode ser desarquivada por 1/3 dos senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da próxima legislatura, e aprovado seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.
PLS 229/2009 – Complementar	Senado Federal	Projeto que tem por objetivo modernizar a legislação orçamentária brasileira disciplinando a elaboração, execução e controle dos orçamentos públicos. O projeto trata da elaboração do orçamento público da administração pública, englobando o	Ao Arquivo.	Pode ser desarquivada por 1/3 dos senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da

SBS Qd. 1 - Bloco K - Ed. Seguradoras, Salas 405 a 407 - Brasília-DF - CEP: 70.093-900

Telefone: (61) 3225.1804 - Fax: (61) 3225.4268

www.queirozassessoria.com.br

QUEIROZ

Assessoria Parlamentar e Sindical

		poder Executivo, o Poder Legislativo, neste incluídos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.		próxima legislatura, e aprovado seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.
PEC 17/2009	Senado Federal	Altera os arts. 52, XI, e 164 da Constituição Federal para instituir mecanismos de nomeação e destituição do Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil.	Ao Arquivo.	Pode ser desarquivada por 1/3 dos senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da próxima legislatura, e aprovado seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.
PLS 102/2007 – Complementar	Senado Federal	Dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Trata da autonomia do Banco Central do Brasil.	Ao Arquivo.	Pode ser desarquivada por 1/3 dos senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da próxima legislatura, e aprovado seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.

SBS Qd. 1 - Bloco K - Ed. Seguradoras, Salas 405 a 407 - Brasília-DF - CEP: 70.093-900

Telefone: (61) 3225.1804 - Fax: (61) 3225.4268

www.queirozassessoria.com.br

Projetos que continuam a tramitar

Câmara dos Deputados

PROPOSIÇÕES DE INTERESSE				
Proposição	Casa de Tramitação	Ementa	Tramitação	Onde Está
PLP 555/2010 Apensado ao PLP 472/2009	Câmara dos Deputados	<p>PLP 472: Regulamenta o § 4º do art. 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.</p> <p>PLP 555: Regulamenta o inciso III do § 4º do art. 40 da Constituição, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao servidor público titular de cargo efetivo cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.</p>	Continua a tramitar	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)
PEC 443/2009	Câmara dos Deputados	Fixa parâmetros de remuneração das carreiras da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal, Defensores Públicos da União, dos Estados e do Distrito Federal, os delegados da Polícia Federal e Civil e procuradores municipais das capitais e municípios com mais de 500 mil habitantes.	Continua a tramitar	Plenário

QUEIROZ

Assessoria Parlamentar e Sindical

PEC 147/2012	Câmara dos Deputados	Fixa parâmetros de remuneração dos servidores do sistema financeiro.	Continua tramitar	a	Plenário
PEC 391/2014	Câmara dos Deputados	Fixa parâmetros de remuneração das carreiras de fiscalização tributária, receita, trabalho e agropecuário	Continua tramitar	a	Plenário
PEC 210/2007	Câmara dos Deputados	Altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público.	Continua Tramitar	a	Plenário
PEC 339/2009	Câmara dos Deputados	Assegura o direito ao adicional noturno aos policiais militares, bombeiros militares e aos integrantes dos órgãos de segurança pública.	Continua Tramitar	a	Plenário
PLP 554/2010 apensado ao PLP 330/2006	Câmara dos Deputados	PLP 330: Dispõe sobre a aposentadoria do servidor público policial, nos termos do artigo 40, §4º, inciso III, da Constituição Federal, conforme redação da Emenda Constitucional, nº 47, de 05 de julho de 2005. PLP 554: Regulamenta o inciso II do § 4º do art. 40 da Constituição, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos que exerçam atividade de risco.	Continua tramitar	a	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)
PEC 2/2003	Câmara dos Deputados	Acrescenta arts. 90 e 91 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, possibilitando que os servidores públicos requisitados optem pela alteração de sua lotação funcional do órgão cedente para o órgão cessionário.	Continua tramitar	a	Plenário
PLP 92/2007	Câmara dos Deputados	Regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, parte final, para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público. Estabelece que o Poder Público poderá instituir fundação estatal, sem fins lucrativos, nas áreas de atuação que especifica. Regulamenta a Constituição Federal de 1988.	Continua tramitar	a	Plenário

QUEIROZ

Assessoria Parlamentar e Sindical

PLP 200/1989	Câmara dos Deputados	Dispõe sobre os requisitos para o exercício dos cargos de diretoria e presidência do Banco Central do Brasil	Continua a tramitar	Plenário
PL 4532/2012 apensado ao PL 4497/2001	Câmara dos Deputados	PL 4532: Dispõe sobre a democratização das relações de trabalho, o tratamento de conflitos e estabelece as diretrizes básicas da negociação coletiva dos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. PL 4497/2001: Dispõe sobre os termos e limites do exercício do direito de greve pelos servidores públicos.	Continua a tramitar	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)



Assessoria Parlamentar e Sindical

SENADO FEDERAL

PROPOSIÇÕES DE INTERESSE				
Proposição	Casa de Tramitação	Ementa	Tramitação	Onde Está
PEC 63/2013	Senado Federal	Acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.	Continua a Tramitar	Plenário
PLS 287/2013	Senado Federal	Dispõe sobre as relações de trabalho, o tratamento de conflitos, o direito de greve e regulamenta a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, estabelecendo as diretrizes da negociação coletiva no âmbito da Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Continua a tramitar	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
PEC 3/2012	Senado Federal	Altera o § 6º do art. 39 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigação dos órgãos e entidades públicas de divulgar a remuneração de seus servidores.	Continua a tramitar	Plenário
PLS 327/2014	Senado Federal	Disciplina o direito de greve dos servidores públicos, previsto no art. 37, VII da Constituição Federal; conceitua greve, estabelece regras sobre competência para deflagração da greve; trata da negociação coletiva e métodos alternativos de solução de conflitos, procedimentos e requisitos para deflagração da greve, direitos dos grevistas, serviços essenciais, abuso do direito de greve e responsabilização pelo abuso; regula a apreciação judicial da greve.	Continua a tramitar	Plenário

SBS Qd. 1 - Bloco K - Ed. Seguradoras, Salas 405 a 407 - Brasília-DF - CEP: 70.093-900

Telefone: (61) 3225.1804 - Fax: (61) 3225.4268

www.queirozassessoria.com.br